

Formalidade x informalidade: análise sobre as dinâmicas das agroindústrias familiares do Vale do Rio Pardo (RS/Brasil)

Erica Karnopp¹
 Fernando Doege²
 Juliana Vanesi Lopes da Silva³
 Viviani Aparecida Kern Umann⁴

Resumo: As agroindústrias familiares estão adquirindo cada vez mais adeptos entre os agricultores familiares, que veem no processamento de matéria-prima uma forma de complementação da renda. Os produtos advindos das agroindústrias familiares acabam conquistando o mercado consumidor, que busca opções de consumo mais saudáveis. No entanto, observa-se que os agricultores familiares ainda enfrentam enormes dificuldades geradas, principalmente, por questões que envolvem a legalização e comercialização da produção, levando-os a operar de maneira informal. Partindo dessas questões, o presente artigo tem como objeto de análise as dinâmicas adotadas pelas agroindústrias familiares na região do Vale do Rio Pardo, ressaltando a importância da agricultura familiar no contexto da produção agrícola brasileira, bem como buscando identificar as dificuldades enfrentadas para adequar o processamento da produção às exigências legais.

Palavras-chave: Agroindústria familiar. Dinâmicas. Informalidade.

Abstract: Family agribusinesses are increasingly acquiring more adherents among family farmers who see an income complementation opportunity in feedstock processing. Products originating from family agribusinesses tend to attract the consumer market, which seeks healthier options for consumption. However, it has been observed that family farmers still face substantial difficulties brought mainly by issues related to legalization and commercialization of produce, which leads them to operate in an informal manner. Based on these issues, this article's analysis objects are the dynamics adopted by family agribusinesses in the Rio Pardo Valley region, emphasizing the importance family farming has in the Brazilian agricultural production context, as well as identifying the struggles faced in suiting produce processing to the legal requirements.

Keywords: Family agribusiness. Dynamics. Informal work.

1 Introdução

Diversos estudos procuram evidenciar os aspectos positivos da forma de organização da produção agrícola familiar, a qual ocorre por meio do sistema associativo, destacando sua

¹ Doutora em Geografia. Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul. erica@unisc.br

² Geógrafo. Bolsista FAPERGS. fernandodoege@mx2.unisc.br

³ Geógrafa. Bolsista FAPERGS. julianavanesi@mx2.unisc.br

⁴ Geógrafa. Bolsista CNPq. vivianiakern@mx2.unisc.br

capacidade de resposta frente às políticas públicas. No entanto, ao observar mais atentamente os processos produtivos, os mecanismos de comercialização ou mesmo de industrialização da produção, percebe-se um atrelamento dos agricultores às grandes empresas vinculadas ao processo da Revolução Verde, que atuam fortemente a montante e a jusante da produção agrícola.

O modelo de desenvolvimento econômico construído a partir da década de 1950, com a adoção de pacote tecnológico, foi pautado em uma política homogeneizadora que, por muitos anos, ocultou a capacidade de organização dos agricultores, retirando-os do poder de decisão e colocando-os como meros receptores de tecnologias e políticas. Embora este processo tenha efetivamente aumentado a produtividade agrícola, trouxe como um dos desdobramentos sociais mais evidentes a redução da capacidade dos agricultores de organizarem e administrarem sua produção, provocando ainda mais a marginalização de suas iniciativas. Como forma de resistência a esse processo, na busca de alternativas para a permanência dos agricultores no meio rural, surgem as agroindústrias familiares.

Em razão disso, por serem, na sua maioria, agroindústrias de pequeno porte, enfrentam enormes dificuldades de organização e de gestão, o que compromete o seu funcionamento. As maiores dificuldades encontram-se nos serviços de controle e fiscalização sanitária, onde muitas agroindústrias familiares, por não conseguirem enquadrar-se às exigências estabelecidas, operam na informalidade.

O trabalho que se apresentará a seguir trata-se de uma análise acerca das agroindústrias familiares presentes na região do Vale do Rio Pardo (RS), tendo como base dados coletados com 37 proprietários de agroindústrias da região.

Em um primeiro momento, será abordada a importância da agricultura familiar, assim como será feita uma análise sobre aspectos históricos das atuais dinâmicas das agroindústrias familiares. Partindo dessas questões, o artigo direciona a uma conceitualização e contextualização das agroindústrias familiares no Vale do Rio Pardo, recorte empírico desta pesquisa. Em seguida, haverá uma reflexão sobre a informalidade presente na comercialização das agroindústrias familiares da região.

2 A importância da agricultura familiar

O termo agricultura, a priori, é representado como a “arte de cultivar os campos”. Essa técnica milenar é responsável por fornecer um dos principais meios da sobrevivência humana: o alimento, sendo inclusive a atividade econômica predominante no mundo durante muito tempo.

A agricultura familiar é responsável por produzir cerca de 70% dos alimentos que compõem a mesa dos brasileiros (Censo Agropecuário do IBGE, 2006). De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Agrário, a agricultura familiar compreende um total de 4,2 milhões de estabelecimentos familiares, somando 84% dos estabelecimentos rurais do país e empregando em média 70% da mão de obra no campo.

A agricultura familiar representa a base econômica de 90% dos municípios do país com 20 mil habitantes, contribuindo com 35% do PIB nacional. Produz ainda 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz e 21% do trigo do Brasil. Na pecuária, é responsável por 60% da produção de leite, além de 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos do país (IBGE, 2006).

A agricultura familiar exerce grande importância no que se refere ao abastecimento do mercado interno. Conforme afirmam Miotto, Perius e Willwock (2006), “[...] a agricultura familiar é a âncora do mercado interno”. Além de contribuir no combate à fome, favorece a geração de emprego e renda para muitas famílias. Partindo desse pressuposto, faz-se necessário analisar alguns dos processos históricos que se sucederam no meio agrário para melhor compreender sua configuração atual e as principais dinâmicas que ali se estabelecem.

Ao longo dos anos, o campo teve grandes transformações, das técnicas de produção baseadas apenas no uso da força braçal ou animal, a agricultura passou a ter uma produção mecanizada.

Com a introdução do uso de máquinas advindas da Revolução Verde, os agricultores que viviam nesse meio foram forçados a vender suas terras e migrar para as cidades. Com isso, tem-se o surgimento de uma crise que afetou tanto o campo quanto a cidade,

provocando o enfraquecimento da agricultura familiar, a concentração de terras e o inchaço dos centros urbanos. Sobre essa questão, Gaiovicz e Saquet afirmam:

[...] as famílias tinham uma produção diversificada e praticavam uma agricultura de subsistência, não necessitavam de insumos de terceiros, pouca coisa se buscava no mercado. No entanto, com a Revolução Verde há uma tendência de enfraquecer a agricultura familiar. Assim, percebe-se cada vez mais o uso de produtos modificados geneticamente, de adubos e insumos químicos, agrotóxicos e fertilizantes, sobretudo na produção em grande escala. Há uma maior dependência de um sistema voltado ao modo de produção capitalista (GAIOVICZ; SAQUET, 2009, p. 6).

Analisando a ideia proposta pelos autores, nota-se que a modernização da agricultura, intensificada a partir da década de 60, afetou com maior intensidade os agricultores familiares, acentuando ainda mais as diferenças socioeconômicas existentes no país. A implementação do pacote tecnológico advindo da Revolução Verde nas propriedades rurais levou a uma especialização da produção. Com isso, a crescente expansão da área urbana, somada à facilidade de acesso ao mercado, fez com que muitos agricultores deixassem de diversificar suas propriedades e passassem a se preocupar apenas em adquirir bens de consumo (BERTOLINI; BRANDALISE; NAZZARI, 2010).

Sobre essa questão, Brum (1999) aponta que a Revolução Verde agravou ainda mais os problemas presentes no meio rural, pois contribuiu para aprofundar a internacionalização da economia, tornando-a, conseqüentemente, mais dependente. Apenas uma parcela dos agricultores com maior capital foi favorecida, enquanto que a maioria não conseguiu se adequar aos novos padrões impostos e acabou sendo marginalizada, tendo como opções migrar para as cidades, ou permanecer no campo em condições sub-humanas.

No entanto, com o passar do tempo, paulatinamente, a agricultura familiar foi ganhando espaço no mercado capitalista difundido pelos grandes latifundiários. De acordo com Wanderley (2000, p. 29):

Os agricultores familiares anteriormente eram vistos como os pobres do campo, produtores de baixa renda ou pequenos agricultores. Hoje, os agricultores familiares são percebidos como sendo portadores de uma outra concepção de agricultura diferente e alternativa à agricultura latifundiária e patronal dominante no país.

Portanto, a agricultura familiar é a base para o fortalecimento da sociedade civil na área rural. Somente a agricultura familiar pode formar uma grande rede das mais diversas formas associativas, a qual irá consolidar a democratização e a participação da população rural, construindo cidadania no campo.

O agricultor familiar adquiriu maior autonomia e, com isso, busca seu espaço no âmbito econômico, participando do desenvolvimento em todas as escalas. Muito mais do que produzir apenas para a subsistência, agora procura seu lugar no mercado. A partir da transformação da matéria-prima advinda de sua produção familiar, conquistou uma nova fonte de renda.

3 Da agricultura familiar para a agroindústria: construindo um novo rural

A agroindústria familiar caracteriza-se pelo processamento da matéria-prima a partir da transformação dos produtos *in natura*. Esse processo de agroindustrialização da produção é mais uma possibilidade de o agricultor familiar inserir-se no mercado. Para conquistar o mercado, é necessário o conhecimento de todas as etapas do processo e o fornecimento das bases para que os agricultores tomem decisões mais precisas, as quais vão influenciando na sua inserção no mercado.

Nesse sentido, a agroindústria familiar surge tendo por base normalmente dois motivos: o primeiro advém dos excedentes da produção agropecuária; o segundo ocorre quando os preços para a produção agrícola apresentam um histórico de declínio, e o agricultor vê na agroindustrialização a oportunidade de agregar-lhe valor (VIEIRA, 1998).

Araújo (2007) argumenta que os canais de comercialização são os caminhos que um produto percorre durante todo o processo de produção até chegar ao seu destino final, o consumidor. Após a saída da propriedade rural, os produtos das agroindústrias podem ser comercializados de forma processada, ou vendidos *in natura*. Este último é mais comumente empregado nos supermercados e feiras.

Uma rede de trocas entre consumidor e produtor é estabelecida em função da distribuição das mercadorias. Para que a comercialização obtenha êxito, faz-se necessário conquistar o mercado consumidor. Nesse sentido, Orsolin (2006, p. 28) destaca:

[...] a importância de saber antecipadamente quem é o consumidor, suas características, onde ele está e o que e quanto costumam comprar para se definir um negócio. Da mesma forma, é importante saber antes de produzir, como e onde colocar o produto, quais os melhores canais de distribuição e os pontos de venda. É nesse aspecto que surge a função da infraestrutura de comercialização, para garantir a colocação do produto.

Seguindo essa linha de pensamento, Cobra (1990) afirma que o êxito no processo de comercialização ocorre quando a produção advinda dos agricultores familiares consegue atender à demanda dos consumidores, ao mesmo tempo em que oferece produtos de boa qualidade e com preços acessíveis.

Segundo Simarelli (2006), no mercado atual, estar preparado na hora de comercializar a produção é de suma importância para o agricultor familiar. No entanto, muitos desses agricultores familiares, mesmo possuindo conhecimento sobre a tecnologia no processo produtivo, no momento mais importante, ou seja, no retorno de seu trabalho, não conseguem negociar bem sua produção. Na maioria das vezes, fecham negócios com uma margem de lucro muito abaixo do ideal e recebem apenas o valor que cobre os custos de produção. Esse ato torna-se prejudicial, uma vez que a negociação tem como base o “ganha-ganha”, ou seja, ambas as partes envolvidas devem entrar em pleno acordo, resultando em um negócio rentável para todos, e não o contrário.

Notoriamente, os consumidores estão cada vez mais exigentes. Buscam um bom atendimento e um produto ou serviço de qualidade. Apesar da concorrência do mercado, o perfil do consumidor atual aponta uma procura maior por produtos menos industrializados e mais saudáveis, que atendam às suas necessidades. Os produtos advindos da agroindústria familiar vêm ao encontro desse perfil, proporcionando para essa produção em pequena escala uma vantagem comercial.

A venda da produção costuma ocorrer em mercados periódicos, meio pelo qual esses produtores conseguem inserir-se no comércio, e, a partir daí, pouco a pouco, passar a estabelecer a sua própria rede de clientes. Contudo, esse processo não ocorre de forma simples, pois esses produtores enfrentam diversos problemas decorrentes da falta de qualificação e investimento em infraestrutura, o que os leva, muitas vezes, a perder parte da produção antes mesmo de chegar ao estágio final, a comercialização.

Quando a comercialização não ocorre satisfatoriamente, ou apresenta dificuldades, poderá acarretar problemas em nível estratégico, gerencial ou operacional, o que resultará em dificuldades de permanência na atividade, caso não sejam tomadas medidas necessárias.

A inserção da agricultura familiar nos mercados e questões burocráticas são alguns dos principais desafios para o seu pleno desenvolvimento. Nesse sentido, ressalta-se a importância de pesquisas e estudos sobre os mercados de comercialização dos produtos agroindustriais, que possam auxiliar o aperfeiçoamento, tanto da ação pública quanto das decisões individuais e coletivas dos produtores (PIERRI; VALENTE, 2010).

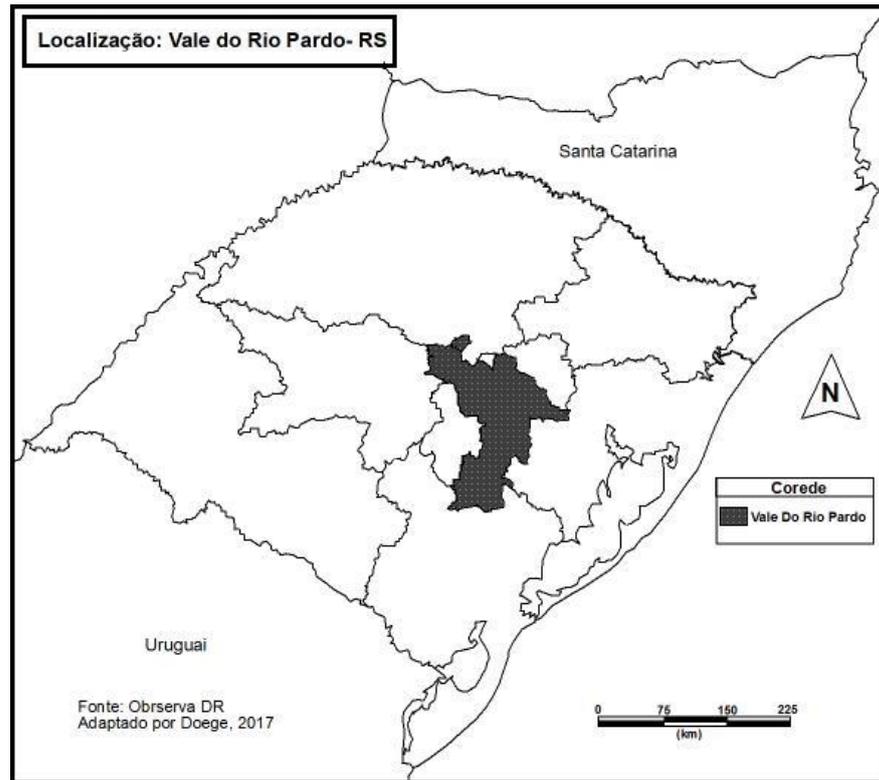
4 Agroindústria familiar no contexto da região do Vale do Rio Pardo

O Vale do Rio Pardo está localizado na porção centro-oriental do Estado do Rio Grande do Sul, conforme ilustra o Mapa 1. A origem de seu nome está relacionada à existência do rio Pardo, um dos afluentes da margem esquerda do rio Jacuí, e que banha boa parte dos municípios da região.

Durante a primeira metade do século XVIII, as terras do atual Vale do Rio Pardo passaram a integrar as estâncias dos Sete Povos das Missões. No Sul, nas áreas de campo, dava-se a criação de gado, e, na Encosta do Planalto, havia a extração de erva mate nativa por parte de índios missioneiros. Tendo o povoado de Rio Pardo como polo irradiador, a região constituiu-se em um dos mais antigos espaços de ocupação e de domínio luso em território do RS. A formação social do Vale do Rio Pardo está diretamente relacionada com a apropriação militar do território e a expansão da fronteira do império luso. O latifúndio, a criação extensiva de gado e a escravidão são algumas das heranças deixadas pelo seu passado, que, posteriormente, pesaram sobre os ombros de sua população. Açorianos também contribuíram na formação social da porção meridional da região. Deslocados da Colônia do Sacramento e do litoral catarinense, eles chegaram ao RS para, inicialmente, povoarem a região dos Sete Povos das Missões. Em virtude da reação provocada pelos índios missioneiros e pela anulação do Tratado de Madri, casais açorianos foram assentados em diferentes localidades da capitania. Na região, alguns se estabeleceram em terras hoje

pertencentes aos municípios de Rio Pardo, Encruzilhada do Sul, General Câmara e Vale Verde (FORTES, 1978).

Mapa 1 – Área de estudo - Região do Vale do Rio Pardo - RS



Durante o século XIX, várias regiões do RS foram colonizadas por imigrantes de origem europeia. No Vale do Rio Pardo, a partir de meados do século XIX, colonos alemães foram assentados em duas colônias instaladas e geridas pela Província. Incrustada no território do município de Rio Pardo, surgiu, em 1849, a Colônia Santa Cruz. Localizada ao norte da Colônia Santa Cruz, em terras então sob a jurisdição de Taquari, foi fundada a Colônia Monte Alverne. No entorno dessas duas colônias oficiais, surgiu um grande número de colônias particulares, dentre as quais Rincão del Rey, Germânia, Melos, Rio Pardense, Faxinal de Dentro, Entre-Rios, Formosa, Trombudo, Chaves, Linha João Alves, Cerro Alegre e Pinheiral. Ainda hoje é possível perceber traços marcantes da colonização alemã no Vale do Rio Pardo.

A Colônia Santa Cruz progrediu rapidamente, apesar das dificuldades que enfrentou com a falta de estradas para o escoamento da produção. O tabaco desde cedo se tornou o principal produto da economia, não somente de Santa Cruz, mas de todas as colônias da circunvizinhança. Já a Colônia Monte Alverne não partilhou do mesmo êxito, ficando seu progresso aquém do esperado pelas autoridades provinciais (VOGT, 2006).

Transcorridas algumas décadas, descendentes de imigrantes alemães espalharam-se pela região, ocupando os vales dos rios Pardo, Pardino, Castelhana e a Encosta do Planalto. Ali podiam ser encontrados nos pequenos núcleos urbanos que surgiam, ou trabalhando em suas glebas, onde, mediante a intensiva utilização da força de trabalho familiar, obtinham produtos agrícolas para sua subsistência e para o mercado. A população de origem germânica influenciou fortemente a composição dos traços culturais da população dos municípios de Venâncio Aires, Santa Cruz do Sul, Candelária, Vale do Sol, Vera Cruz, Passo Sobrado, Vale Verde e Sinimbu.

Nas regiões de colonização germânica do RS, não ocorreu uma mera reprodução da cultura alemã. Nas áreas colonizadas pela população de ascendência alemã, surgiu, na realidade, uma cultura peculiar, de características próprias, que pode ser denominada de colonial. O abandono das indumentárias seculares, típicas das regiões de origem dos imigrantes; a adoção do chimarrão como bebida; o uso da farinha de milho, do arroz, do feijão preto, da mandioca; o hábito de se locomover a cavalo; o estilo da construção das casas e a prática de uma agricultura denunciada por Waibel (1979) como cabocla são alguns dos elementos que sinalizam que os colonos tiveram que forjar para si novas regras de vida e de conduta (DREHER, 1984; ROCHE, 1969; WILLEMS, 1946). O que aqui é afirmado em relação à cultura dos colonos alemães pode ser estendido também para os de origem italiana, que, em bom número, ocuparam parte da porção norte do Vale do Rio Pardo.

A região em estudo caracteriza-se por possuir marcante diversidade interna, oriunda do processo de sua formação e das características econômicas, sociais e culturais desenvolvidas ao longo do tempo. Pode-se afirmar que há, na realidade, três sub-regiões dentro do Vale do Rio Pardo: a porção Sul, área abrangida por médias e grandes propriedades, com o predomínio das atividades agropastoris, voltadas principalmente à pecuária e à orizicultura, com pequena densidade demográfica nas áreas rurais, típica de regiões de latifúndios e integrada pelos municípios de Rio Pardo, Encruzilhada do Sul, General Câmara, Candelária, Pantano Grande, Passo do Sobrado e Vale Verde; a porção Centro, constituída de pequenas propriedades, é marcada pelo polo industrial e comercial de Santa Cruz do Sul e cidades vizinhas. Formada pelos municípios de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires, Vera Cruz, Sinimbu e Vale do Sol; e a porção Norte, área de predomínio da

pequena e média propriedade, com sérios problemas relacionados às alternativas econômicas que possibilitem a (re)produção do minifúndio. Integrada pelos municípios de Arroio do Tigre, Tunas, Boqueirão do Leão, Sobradinho, Segredo, Ibarama, Passa Sete, Gramado Xavier, Herveiras, Estrela Velha e Lagoa Bonita do Sul.

Ao longo do tempo, a cultura do fumo permitiu um acúmulo de capital, especialmente a partir do desenvolvimento de suas possibilidades de exportação, dando origem às atividades de beneficiamento e de industrialização desse produto nos municípios de Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires. Entretanto, esse capital foi sendo concentrado pelas grandes indústrias transnacionais, que hoje controlam de forma oligopsônica todo o mercado fumageiro. Decisivamente, as corporações transnacionais têm um grande impacto no território.

É nesse contexto de busca por alternativas de renda, que agricultores vêm se dedicando à criação de agroindústrias familiares.

De acordo com os dados coletados na pesquisa, verifica-se que as agroindústrias familiares na região comercializam uma diversa gama de produtos, entre os quais destacamos os produtos derivados de leite, carne, cana e frutas, conforme Tabela 1:

Tabela 1- Produtos agroindustriais na Região do Vale do Rio Pardo

| Municípios | Entrevistas | Derivados de leite | Derivados de carne | Derivados de cana | Derivados de frutas | Outros |
|---------------------|-------------|--------------------|--------------------|-------------------|---------------------|--------|
| Arroio do Tigre | 2 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Boqueirão do Leão | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Candelária | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Encruzilhada do Sul | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Lagoa Bonita | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| Rio Pardo | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Santa Cruz do Sul | 6 | 0 | 2 | 2 | 0 | 2 |
| Segredo | 2 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Sinimbu | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Sobradinho | 2 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 |
| Vale do Sol | 6 | 0 | 2 | 0 | 0 | 4 |
| Vale Verde | 3 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 |
| Venâncio Aires | 6 | 0 | 1 | 1 | 0 | 4 |
| Vera Cruz | 3 | 0 | 0 | 2 | 0 | 1 |
| Total | 37 | 1 | 8 | 8 | 2 | 18 |

Fonte: Dados coletados na pesquisa.

De acordo com a Tabela, além dos derivados de carne, como linguiças, salames, tem-se a produção de melados, fabricação de bolachas, pães, bolos, conservas, hortigranjeiros, produção de ovos, mandioca, milho, etc. A ampla diversidade de produtos favoreceu um extenso comércio, necessitando que as agroindústrias familiares sigam determinadas exigências impostas pelos órgãos fiscalizadores. Contudo, atender às normas fiscais, ambientais, tributárias e/ou sanitárias gera um grande entrave ao desenvolvimento das agroindústrias familiares, levando-as a agir de maneira informal. No tópico a seguir, serão apresentados os aspectos que levam as agroindústrias familiares à informalidade, a fim de entender as dinâmicas que envolvem a sua configuração.

5 A informalidade e os desafios para a agricultura familiar

Atualmente, os efeitos gerados pela Revolução Verde ainda podem ser sentidos. É nesse contexto que surge a agroindústria familiar, vista como alternativa de produção e geração de renda para as famílias que vivem no meio rural. Conforme Bianchini (2015), a agroindústria surge como possibilidade de sobrevivência aos agricultores, permitindo ainda a comercialização do excedente da produção.

Nota-se que os agricultores com maiores dificuldades financeiras enfrentam limitações, o que impossibilita um maior desenvolvimento no processo produtivo. Como forma de tentar reduzir os custos da produção, grande parte dos agricultores familiares opta por produzir e comercializar informalmente.

Para Wilkinson e Mior (1999), a informalidade refere-se a uma atividade cujos processos de produção não se enquadram nos padrões de regulação vigentes, sejam eles de relações de trabalho, instalações ou normas técnicas de produção.

A informalidade pode ser definida também como “setor informal”, “trabalho informal”, “setor não organizado”, “atividade não estruturada”, “economia subterrânea”, “desemprego disfarçado”, “subemprego” e “trabalho clandestino” (SILVA; BARBOSA, 2001). É um traço marcante nas agroindústrias e permanece como importante estratégia de

inserção nos mercados, sendo essa a forma pela qual grande parte das agroindústrias familiares inicia as suas atividades (MIOR *et al.*, 2013).

A formalização só acontece quando os produtores conseguem construir um mercado capaz de absorver produção suficiente para viabilizar o empreendimento. Após a conquista de um mercado rentável, é que, então, fazem os investimentos necessários para essa formalização (DORIGON; 2008, FERRARI; 2011).

Segundo Mior (2005), os problemas enfrentados pelos agricultores familiares quanto à regulação da atividade de processamento e à comercialização de alimentos iniciaram-se em 1990, quando o aparato legal que regia as agroindústrias foi descentralizado, tornando-se responsabilidade dos municípios e estados.

As questões que levam os agricultores a se manterem no setor informal apontam para a falta de mão de obra, bem como a produção insuficiente da matéria-prima (GAZOLLA, 2009).

Prezotto (2002) afirma que um dos itens fundamentais de todo o processo de agroindustrialização é a matéria-prima. Uma das exigências para a obtenção de financiamento é a possibilidade de ampliação do empreendimento, ou seja, de transição do setor primário para o secundário.

Vieira (1998) evidencia que a dificuldade em conseguir abastecimento de matérias-primas diretamente do produtor rural, quando a agroindústria não está diretamente ligada ao estabelecimento agrícola, leva-os, na maioria dos casos, a ter que recorrer às Centrais de Abastecimento (CEASAs).

Além disso, as exigências impostas pela legislação dos serviços de inspeção sanitária também contribuem para a permanência na informalidade (DORIGON, 2008). Notoriamente, não são poucas as exigências legais a serem cumpridas pelos agricultores familiares que buscam inserir-se no universo das agroindústrias, e, quando esta agroindústria processa matéria-prima de origem animal, essas exigências multiplicam-se (ATIYEL; GUIMARÃES, 2014).

Estevam, Lanzarini e Busarello (2012) acreditam que, dentre todas os obstáculos, o rigor da vigilância sanitária, os altos custos tributários, bem como a dificuldade para manter

a escala de produção são barreiras que precisam ser superadas pelos produtores para que consigam alcançar a legalidade.

Em relação aos custos necessários para manter uma agroindústria, nota-se que muitas delas não sobrevivem justamente pela falta de recursos financeiros. Segundo dados do Sebrae (2005), a sobrevivência das empresas de micro a pequeno porte gira em torno de 47% (KAEFER, 2011). Nessa linha de pensamento, Guimarães (2001) ressalta que a falta de capital, o desamparo por parte das políticas públicas e um comércio local pequeno e insuficiente para a reprodução das unidades de produção contribuem para o desenvolvimento do comércio informal.

Dentre os problemas enfrentados pelos agricultores familiares, a inflexibilidade da legislação, principalmente a sanitária, que se estabelece a uma pequena escala de produção, torna-se mais evidente. Pensando a relação entre qualidade e estrutura física das agroindústrias, a legislação condena a produção artesanal à informalidade ao considerar necessários mais investimentos para sua regularização, os quais vão muito além das possibilidades e interesses dos agricultores familiares (SILVEIRA; HEINZ, 2005).

Como bem lembra Prezoto (2002, p. 9), nas pequenas unidades de processamento de alimentos, "[...] a qualidade dos alimentos [...] está mais ligada à qualidade da matéria-prima, à saúde e higiene das pessoas que manipulam os alimentos, à higiene das instalações, ao fluxograma operacional dos trabalhos da agroindústria...".

Conforme observa Silveira e Heinz (2005), na legislação sanitária vigente, a fiscalização realizada adota um método prescritivo de controle de qualidade, segundo o qual, se identificado um problema por meio de uma análise laboratorial, o produto é considerado inapto para o consumo. Nesta circunstância, assim como no caso de verificação de que as instalações ou equipamentos utilizados não atendem às normas da legislação, o estabelecimento é impedido de continuar produzindo, além de ser penalizado.

Somando-se essas questões, os agricultores acabam ficando sem alternativa, integram-se à agroindústria, ou acabam entrando no mercado informal, já que os custos para a formalização são altos, e a inspeção, sobretudo nos produtos de origem animal, está cada vez mais rigorosa (ESTEVAM; LANZARINI; BUSARELLO, 2012).

Segundo dados do Perfil da Agroindústria Rural no Brasil (IPEA, 2013), o país apresenta baixos índices de agroindústrias formais. Para que essas agroindústrias consigam a formalização, faz-se necessário ter o Cadastro Nacional Pessoa Jurídica (CNPJ). A aquisição do CNPJ é um grande debate, pois muitos agricultores preferem a informalidade a legalizar sua agroindústria, uma vez que o agricultor, ao adquirir o CNPJ, passa a ser empresário, ocasionando aumento nas taxas de impostos e encarecendo ainda mais a produção.

Nessa perspectiva, Barros (2003) expressa que o agricultor familiar é enquadrado como segurado especial na legislação previdenciária, ou seja, trabalhador rural que produz em regime de economia familiar, sem utilização de mão de obra assalariada, contribuindo com 2.2% sobre a receita bruta da produção comercializada. No entanto, quando esse produtor constitui uma agroindústria, seja sob a forma de micro e pequena empresa, seja sob a forma de associação ou cooperativa, passa a assumir outros deveres previdenciários, acarretando perda da condição de segurado especial. Essa nova condição implica que todos os membros da família passam a ser considerados empregados rurais, sendo equiparados a autônomos para efeitos de legislação tributária.

Para evitar os altos custos, uma alternativa muitas vezes adotada pelos próprios agricultores é a realização da comercialização através de redes sociais. Essa prática de comércio informal se reproduz, se constrói com base na confiança estabelecida entre consumidor e agricultor a partir de sua reputação pessoal (MIOR, 2005). Com base nisso, estabelece-se uma forma de venda direta aos consumidores, e, paulatinamente, a uma rede de clientes já estabelecida, conseguindo esses produtores, muitas vezes, migrar para o mercado formal.

No que se refere à comercialização da produção, para a entrada no mundo formal, as agroindústrias devem atender a exigências como as do Serviço de Inspeção Municipal (SIM). O SIM é responsável por controlar a qualidade dos produtos de origem animal, como embutidos, queijo, ovos, mel e doces; monitorar e inspecionar a sanidade do rebanho, do local e a higiene da industrialização, certificando com selo de garantia todos estes produtos, tornando as agroindústrias aptas a participar de vendas em feiras e comércio locais.

Dando ênfase às exigências do SIM, no caso de estabelecimentos com processamento de carnes, os espaços devem ter paredes de cores claras e ângulos

arredondados. Além disso, os equipamentos precisam ser de fácil higienização, como também não devem apresentar problemas corrosivos. Para que uma instalação atenda a essas exigências formais, os produtores necessitam investir uma quantidade considerável de capital.

Visando a um comércio mais abrangente, os agricultores buscam expandir sua rede de comercialização em nível estadual, porém acabam sujeitos às exigências do Sistema de Inspeção Estadual (SIE). O serviço tem como objetivo inspecionar, fiscalizar e controlar aspectos sanitários dos produtos que circulam num comércio intermunicipal. A legislação que regulamenta esses serviços é complexa, tanto em nível municipal quanto em nível estadual, e apresenta muitas exigências, o que dificulta ainda mais esse processo e desmotiva os agricultores.

Para os agricultores familiares, a burocracia imposta não é favorável à sua produção. Todavia, são esses sistemas de inspeção que protegem a saúde do consumidor. As mesmas normas que buscam a proteção do consumidor impõem barreiras às pequenas agroindústrias, gerando um grande impasse. Sem o apoio de políticas públicas que estimulem a agricultura familiar, viabilizando a implantação e legalização dos empreendimentos agroindustriais, esses produtores não conseguem enquadrar-se e, como consequência, acabam na informalidade.

Os fatores apontados reforçam notoriamente a necessidade de rever alguns aspectos legais, a fim de gerar uma flexibilização nessas exigências, viabilizando a inserção de mais produtores na formalização. Pelegrini (2003) aponta que é necessário desenvolver ações de interesse dos agricultores, buscando sua formação contínua. O autor enfatiza também a importância da criação de um órgão responsável pela assessoria técnica, em todos os âmbitos e atividades, bem como a criação de programas de incentivo em níveis estadual e municipal, além da diminuição da burocracia em benefício das agroindústrias familiares.

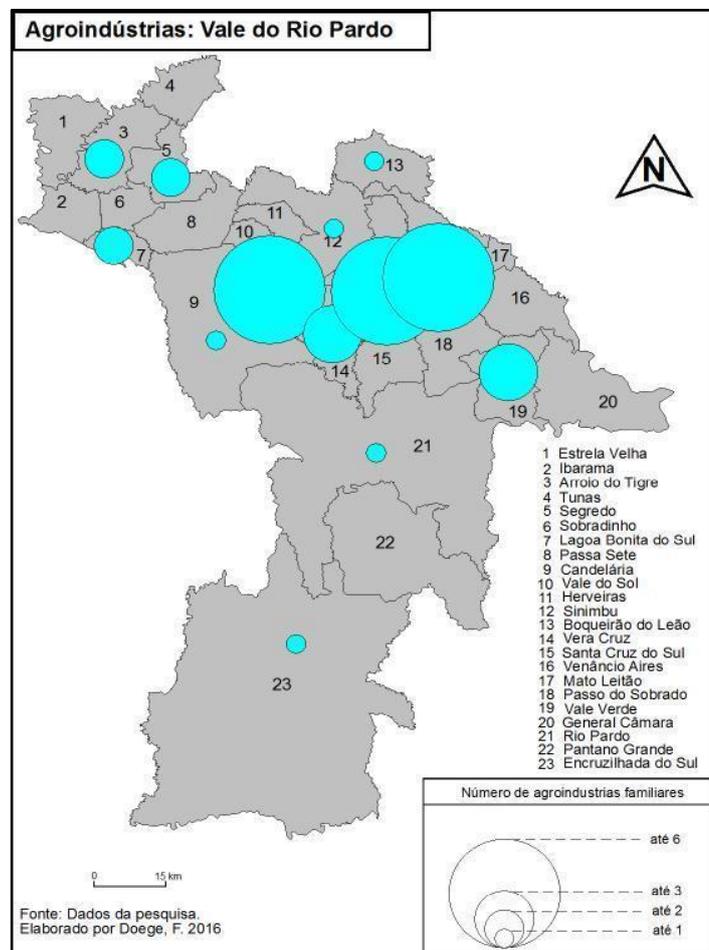
Em contrapartida, a formalização da agroindústria valoriza e melhora a qualidade dos produtos, possibilitando a ampliação do mercado por meio da comercialização em padarias, mercearias e supermercados. É dever dos órgãos governamentais criar meios para a tomada de empréstimos e financiamentos que possibilitem investimentos nas instalações, fazendo com que as agroindústrias consigam atender à legislação.

Reconhece-se que a venda dos produtos advindos das agroindústrias contribui para o desenvolvimento do agroturismo regional, bem como a permanência do agricultor no meio rural. Todavia, não basta apenas criar uma política pública, é preciso gerar mecanismos que façam com que as propostas se concretizem plenamente, assegurando, assim, a geração de empregos e a qualidade de vida das famílias.

6 Agroindústrias familiares no Vale do Rio Pardo a partir dos dados coletados

É evidente que a forma de produção agrícola, que tem como característica principal a força de trabalho advinda da própria família, aos poucos vem conquistando preferência no mercado consumidor, que, cada vez mais, opta por uma alimentação saudável, buscando adquirir produtos livres de agrotóxicos e outras substâncias que podem afetar a saúde. As informações apresentadas até o momento visam analisar o que leva muitas agroindústrias familiares presentes no Vale do Rio Pardo à informalidade. A pesquisa apresentada contou com 37 agroindústrias familiares entrevistadas. O Mapa 2 representa o número de entrevistados em cada unidade municipal.

Mapa 2 – Número de agroindústrias familiares no Vale do Rio Pardo por município



A agroindústria de cunho familiar é mantida como tradição entre os agricultores, perpassando gerações, operando por meio de uma produção em pequena escala. No entanto, existem alguns fatores que influenciaram na escolha de implementação das agroindústrias familiares na Região do Vale do Rio Pardo. A Tabela 2 ilustra as principais motivações que levaram os agricultores a investirem no processamento de sua matéria-prima.

Tabela 2 – Principais motivos para investimento na agroindústria familiar no Vale do Rio Pardo

| Motivações para industrializar | Frequência | % |
|--|------------|-----|
| Já é uma tradição familiar | 17 | 42 |
| Incentivo de políticas públicas | 9 | 23 |
| Estímulo de parceiros/cooperativas | 1 | 2 |
| Atender às questões legais, tributárias, ambientais e sanitárias | 1 | 2 |
| Aumentar a renda familiar | 30 | 1 |
| Sucessão familiar | 2 | 5 |
| Percepção de crescimento do mercado dos produtos artesanais | 8 | 20 |
| Outras motivações | 2 | 5 |
| TOTAL | 37 | 100 |

Fonte: Elaborada a partir dos dados coletados na pesquisa.

Conforme informações contidas na Tabela 2, observa-se que a produção artesanal de alimentos se mantém como uma tradição entre a maioria das famílias. A influência na escolha dos agricultores em investir nesse tipo de produção advém de incentivos oferecidos por meio de programas governamentais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), os quais, a partir da liberação de crédito e financiamento, permitem aos agricultores familiares investirem na propriedade tendo em vista uma demanda de mercado acerca desses produtos.

Na região do Vale do Rio Pardo, a participação das agroindústrias na renda das famílias segue na Tabela 3.

Tabela 3 – Participação das agroindústrias familiares na renda bruta

| | Frequência | % |
|----------------|------------|-----|
| Menos de 25% | 3 | 8 |
| de 25% até 50% | 8 | 22 |
| de 51% até 75% | 13 | 35 |
| de 76% à 100% | 13 | 35 |
| TOTAL | 37 | 100 |

Fonte: Elaborada a partir dos dados coletados na pesquisa.

Observando os dados, é possível concluir que 70% das famílias entrevistadas têm nas agroindústrias a sua principal fonte de renda. Há um aumento notável da participação das agroindústrias familiares tanto na renda das famílias como na diversificação de produtos na região.

Em relação ao modo de trabalho desses produtores - formal ou informal - verifica-se que praticamente todas as agroindústrias iniciaram sua atividade informalmente, pois este mercado tem como característica a venda direta ao consumidor, não necessitando atender às exigências legais. Em grande parte dos casos, nessa relação, estabelecem-se laços diretos entre produtor e consumidor, bem como redes de comercialização.

Mior *et al.* (2013) destacam que, mesmo os consumidores estando cientes de que a agroindústria não atende às exigências legais, há uma relação de confiança, ou seja, o consumidor conhece o produtor e sabe das condições de higiene do local de procedência das mercadorias. A Tabela 4 apresenta a regularidade das agroindústrias.

Tabela 4 – Relação entre formalidade e informalidade das agroindústrias familiares

| Formalidade / informalidade | Frequência | % |
|---|------------|------|
| Não resposta | 1 | 2,7 |
| Informal | 10 | 27 |
| Em processo de formalização | 1 | 2,7 |
| Formal SEM CNPJ - usa bloco de produtor | 8 | 21,6 |
| Formal com CNPJ | 17 | 46 |
| TOTAL | 37 | 100 |

Fonte: Elaborada a partir dos dados coletados na pesquisa.

De acordo com a Tabela 4, 46% dos estabelecimentos são formais, com utilização do CNPJ e quitação das tributações e exigências do mercado. Um dos grandes fatores responsáveis pela formalização é o PRONAF, criado em 1995, apresentando-se como viabilizador da adequação das agroindústrias, uma vez que visa à agregação de valor aos produtos, melhorando a renda e as condições de vida das famílias.

No contexto da região, existem agroindústrias formais que utilizam o bloco de produtor como meio de comercialização, ou seja, 21% das agroindústrias familiares optam por essa forma, por não lhes serem exigidas elevadas tributações, cabendo ao agricultor estar apenas cadastrado no Programa da Agroindústria Familiar (PAF) do Estado do Rio Grande do Sul. Dessa forma, constata-se que, a partir da década de 1990 até a atualidade, houve um significativo aumento das agroindústrias formalizadas no Vale do Rio Pardo. Das 37 agroindústrias entrevistadas, 22 obtiveram a formalização neste período, proporcionada tanto por incentivo do PRONAF quanto por outras políticas públicas.

Atualmente no Vale do Rio Pardo, parte significativa das agroindústrias familiares são formalizadas. Todavia, o mercado informal ainda ocorre, fato que se explica pela grande dificuldade dos agricultores em se enquadrarem às exigências legais, conforme a Tabela 5.

Tabela 5 - Dificuldades de comercialização enfrentadas pelos agricultores familiares

| Dificuldades de Comercialização | Frequência | % |
|---------------------------------|------------|-----|
| Não resposta | 2 | 5 |
| Capital para investimento | 5 | 8 |
| Capital de giro | 0 | 0 |
| Mão de obra | 23 | 35 |
| Matéria-prima | 8 | 10 |
| Assistência técnica | 0 | 0 |
| Mercado saturado | 1 | 2 |
| A legislação dificulta | 12 | 25 |
| Concorrência | 8 | 10 |
| Outros | 2 | 5 |
| TOTAL | 37 | 100 |

Fonte: Elaborada a partir dos dados coletados.

De acordo com a Tabela 5, cerca de 25% dos problemas enfrentados pelas agroindústrias familiares correspondem à dificuldade de se enquadrarem na legislação, e 35% possuem escassez de mão de obra.

Outra adversidade que permeia a vida do trabalhador rural é a produção insuficiente da matéria-prima, representando 10% do problema. O agricultor necessita adquirir matéria-prima de terceiros, por não estar preparado para a demanda existente. Com essas dificuldades, as agroindústrias permanecem com o comércio restrito ao local e regional. Essa relação pode ser vista na Tabela 6.

Tabela 6 – Abrangência do mercado na agricultura familiar

| | Frequência | % |
|--|------------|-----|
| Não resposta | 1 | 2 |
| De extrema proximidade (vende para vizinhos, ou entrega em casa) | 10 | 20 |
| Local (vende no município) | 22 | 48 |
| Regional (vende no município e municípios vizinhos) | 14 | 23 |
| Estadual | 3 | 5 |
| Nacional | 1 | 2 |
| TOTAL | 37 | 100 |

Fonte: Elaborada a partir dos dados coletados.

Em âmbito estadual, tem-se que apenas 5% das agroindústrias comercializam sua produção para outros estados.

A comercialização da produção artesanal ilustra um aspecto relevante sobre o perfil das agroindústrias na região. Verifica-se que essas famílias não conseguem expandir sua rede de comercialização, e esse fato envolve diversos fatores já discutidos anteriormente neste artigo. A presença da informalidade revela a falta de apoio e amparo ao agricultor, tendo em vista a escassez de auxílio dos órgãos governamentais e demais agentes.

A forma artesanal como toda a mercadoria é produzida apresenta-se como um diferencial dos produtos advindos das agroindústrias. O envolvimento da família no processo, bem como os vínculos que se estabelecem entre produtor e consumidor são aspectos que podem ser explorados como ponto positivo nesse contexto. Um dos problemas

apontados neste estudo é a falta da mão de obra provocada pela não permanência dos jovens no campo.

Gerar programas de incentivo e políticas públicas que favoreçam o agricultor familiar é essencial, para que, assim, esses agricultores consigam investir na propriedade e, conseqüentemente, diversificar a produção, fortalecer o comércio local e, posteriormente, expandir a rede de troca para outros municípios.

7 Considerações finais

No tocante a este estudo, procurou-se discutir a questão da informalidade presente entre as agroindústrias familiares no Vale do Rio Pardo bem como outros aspectos relacionados a essa produção artesanal na região. A partir de entrevistas realizadas com algumas famílias, conclui-se que há necessidade de um maior incentivo por meio de ações e políticas públicas governamentais a fim de apoiar esses produtores responsáveis por abastecer o mercado interno do país.

Nota-se que há necessidade de um maior amparo para as agroindústrias, uma vez que a existência de leis para as agroindústrias convencionais impõe às pequenas as mesmas exigências, atingindo-as de forma vertical, e inviabilizando a sua formalidade. Desta forma, deve haver leis específicas, as quais estabeleçam regras simplificadas para as agroindústrias familiares, de forma a possibilitar a permanência dos jovens no campo, como também oportunizar a formalização da produção e da comercialização, que não só servem como renda para as famílias, mas também para a promoção do desenvolvimento regional.

Referências

ARAÚJO, M. J. *Fundamentos de agronegócios*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ATIYEL, C.; GUIMARÃES, G. M. Agroindústrias familiares rurais: caracterização dos empreendimentos e entraves para o desenvolvimento da atividade no município de Cachoeira do Sul - RS. *In: IV Encontro Internacional de Ciências Sociais*, 2014, Pelotas, RS.

- BARROS, L. C. Legislação incidente sobre a agroindústria de pequeno porte. In: ALTMANN, R. et al. *Perspectivas para a agricultura familiar*: Horizonte, 2010. Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 2003.
- BERTOLINI, G. F.; BRANDALISE, L. T.; NAZZARI, R. K. *Gestão das unidades artesanais na agricultura familiar: uma experiência no Oeste do Paraná*. 2. ed. Cascavel: Unioeste, 2010.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário*. 2016. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que-%C3%A9-agricultura-familiar>>. Acesso em: 15 maio 2017.
- BIANCHINI; G. N. *A política estadual de apoio às agroindústrias familiares de pequeno porte de processamento artesanal na região da quarta colônia de imigração italiana do RS*. 2015. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2015.
- BRUM, A. (Coord.). *Perfil do Setor Agropecuário – Região do COREDE do Médio Alto Uruguai - RS*. Frederico Westphalen: URI, 1999.
- COBRA, M. *Administração de marketing*. São Paulo: Atlas, 1990.
- DORIGON, C. *Mercados de produtos coloniais da Região Oeste de Santa Catarina: em construção*. 2008. 437f. Tese (Doutorado em Ciências de Engenharia de Produção) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- DREHER, M. *Igreja e germanidade: estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil*. São Leopoldo: Sinodal, 1984.
- ESTEVAM, D. O.; LANZARINI, J. J. S.; BUSARELLO, A. J. *Cooperativas Virtuais e o difícil caminho da legalidade: o caso dos agricultores Familiares da Região do Sul do Estado de Santa Catarina*. Belém, 2012. Disponível em: <<http://www.redesurais.org.br/sites/default/files/Cooperativas%20Virtuais%20e%20o%20dif%C3%ADcil%20caminho%20da%20legalidade.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2017.
- FERRARI, D. L. *Cadeias Agroalimentares Curtas: a construção social de mercados de qualidade pelos agricultores familiares em Santa Catarina*. 2011. 345f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- FORTES, J. B. *Os casais açorianos: presença lusa na formação do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1978.
- GAIOVICZ; E. F.; SAQUET, M. A. Modernização da agricultura e agroecologia. In: IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária. Niterói. *Anais eletrônicos...* Niterói: UFF, 2009. Disponível em: <<http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completo/ELAINE%20FABIANE%20GAIOVICZ.pdf>>. Acesso em: 2 maio 2017.

GAZOLLA, M. *Instituições e economia dos custos de transação*: aplicação de alguns elementos para a análise dos pequenos empreendimentos agroindustriais. *Redes*, Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 3, p. 161-185, set./dez. 2009.

GUIMARÃES, G. M. *A legislação industrial e sanitária dos produtos de origem animal*: o caso das agroindústrias de pequeno porte. 2001. 146f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2001.

IBGE. *Censo Agropecuário, 2006*. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/agricultura-e-pecuaria/2017-np-censo-agropecuario/9827-censo-agropecuario.html>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

IPEA. *O Perfil da Agroindústria Rural no Brasil*: uma análise com base nos dados do Censo Agropecuário 2006. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/130319_relatorio_perfil_agroindustria.pdf>. Acesso em: 15 maio 2017.

KAEFER, C. G. *Agroindustrialização, uma alternativa de renda para agricultura familiar*. Trabalho de conclusão (Curso de Graduação em Planejamento em Gestão para Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Camargo; 2011. Disponível em: <file:///H:/Re%253a_Artigos_Informalidade/Ver%20esse%20texto%20para%20artigo.pdf%20Kaefer.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2017

MIOR, L.C. *Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural*. Chapecó: Argos, 2005.

MIOR, L. C. *et al. Caracterização das Agroindústrias Familiares e das Redes de Cooperação no Sul Catarinense*. Florianópolis: Epagri, 2013.

MIOTTO, A.; PERIUS, V. F.; WILLWOCK, L. Agricultura familiar no foco das atenções. *Extensão Rural e Desenvolvimento sustentável/ EMATER - ASCAR*. Porto Alegre, v. 2, n. 3. p. 16-24, set. 2006. Quadrimestral.

ORSOLIN, J. Gestão da comercialização na Agroindústria Rural Familiar. *Revista de Administração*, v. 5, n. 8, p. 15- 37, 2006.

PELEGRINI, G. *Estudo dos fatores condicionantes do processo de formação e atuação das associações de agroindústrias familiares*: o caso do município de Palmitinho – RS. 2003. 161f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2003.

PIERRI; M. C. Q. M. VALENTE; A. L. E. F. Feira livre como canal de comercialização de produtos da agricultura familiar. *48º Congresso da SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*. Campo Grande - MS, 2010.

PREZOTTO, L. L. Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, n. 31, p. 133-153, abr. 2002. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacf/article/view/25195/22152>>. Acesso em: 24 ago. 2017.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

SEBRAE. *A micro e pequena empresa no Brasil*. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2017.

SILVA, J. de S.; BARBOSA, J. L. *O sentido do trabalho Informal na construção de alternativas socioeconômicas e o seu perfil no Rio de Janeiro*. 2001. Disponível em: <[http://www.iets.inf.br/biblioteca/O_sentido_do_trabalho_informal_na_construcao_de_ternativas_socioeconomicas_e_o_seu_perfil_no_RJ.PDF](http://www.iets.inf.br/biblioteca/O_sentido_do_trabalho_informal_na_construcao_de_alternativas_socioeconomicas_e_o_seu_perfil_no_RJ.PDF)>. Acesso em: 26 out. 2011.

SILVEIRA, P. R. C. da; HEINZ, C. Controle de qualidade normativo e qualidade ampla: princípios para re-estruturação e qualificação da produção artesanal de alimentos. *In: I Congresso Internacional de Desenvolvimento Rural e Agroindústria Familiar*, 2005, São Luis Gonzaga-RS. *Anais do I Congresso Internacional de Desenvolvimento Rural e Agroindústria Familiar*. São Luis Gonzaga: URI, 2005. v. único. p. 1-9.

SIMARELLI, M. Produtor deve preparar-se para vender. *Revista Frutas e derivados*. 2. ed, p. 7- 9, jun., 2006.

VIEIRA, L. F. Agricultura e Agroindústria Familiar. *Revista de Política Agrícola*, Brasília, DF, Ano VII (01), jan./mar. 1998. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/spa/rpa1tri98/agricultura.doc>>. Acesso em: 31 ago. 2017.

VOGT, O. P. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul e o capital social*. Tese (Programa de Doutorado) - Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2006.

WANDERLEY, M. N. B. A valorização da agricultura e a reivindicação da ruralidade no Brasil. *In: Desenvolvimento e Meio Ambiente: a reconstrução da ruralidade e a relação sociedade-natureza*. n. 2. Curitiba: UFPR. 2000, p 29 –37.

WAIBEL, L. *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

WILKINSON, J.; MIOR, L. C. Setor informal, produção familiar e pequena agroindústria: interfaces. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, n. 13, p. 29-45, 1999.

WILLEMS, Emilio. *A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos alemães e seus descendentes no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946.